


OS EFEITOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O “NOVO” ENSINO MÉDIO E A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

THE EFFECTS OF NEOLIBERAL POLICIES AND GLOBALIZATION ON BRAZILIAN EDUCATION: THE “NEW” HIGH SCHOOL AND THE ESCALATION OF VIOLENCE IN BASIC EDUCATION SCHOOLS


LOS EFECTOS DE LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES Y LA GLOBALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: LA “NUEVA” ESCUELA SECUNDARIA Y LA ESCALADA DE LA VIOLENCIA EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN BÁSICA

Lourenço Magnoni Júnior¹

 0000-0001-8275-5922

lourenco.junior1964@gmail.com

José Mauro Palhares²

 0000-0001-9311-1049

jmpalhares@gmail.com

1 Docente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza: Escolas Técnicas Estaduais Astor de Mattos Carvalho (Agrícola) de Cabrália Paulista - SP / Rodrigues de Abreu de Bauru – SP / Faculdade de Tecnologia de Lins – SP e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica da UNESP/Campus de Bauru - SP. Membro do Grupo Assessor de Ciência e Tecnologia do Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNDRR) das Américas e do Caribe. Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP (www.agbbauru.org.br). Pós-doutoramento pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico – CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amapá (PPGEO/UNIFAP). Supervisor: Prof. Dr. José Mauro Palhares. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8275-5922>. E-mail: lourenco.junior1964@gmail.com.

2 Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor vinculado a Pós-Graduação Lato Sensu em Geografia do Oiapoque/Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado) PPGEO/UNIFAP. Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná UFPR (2011) e Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (2018). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9311-1049>. E-mail: jmpalhares@gmail.com.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir sobre os efeitos das políticas neoliberais e da globalização na economia, política, sociedade, organização estrutural da educação brasileira, os efeitos negativos do “novo” Ensino Médio, a escalada da violência nas escolas de educação básica e a necessidade da construção de projeto de escola pública democrática, participativa e preparada para atender a quantidade com qualidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Globalização. Educação. Violência. Democracia.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the effects of neoliberal policies and globalization on the economy, politics, society, structural organization of Brazilian education, the negative effects of the “new” Secondary Education, the escalation of violence in basic education schools and the need to build a democratic, participatory public school project prepared to meet quantity with quality.

Keywords: Neoliberalism. Globalization. Education. Violence. Democracy.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los efectos de las políticas neoliberales y la globalización en la economía, la política, la sociedad, la organización estructural de la educación brasileña, los efectos negativos de la “nueva” Educación Secundaria, la escalada de violencia en las escuelas de educación básica y la Es necesario construir un proyecto de escuela pública democrática, participativa y preparada para combinar cantidad con calidad.

Palabras clave: Neoliberalismo. Globalización. Educación. Violencia. Democracia.

O pensamento neoliberal (novo liberalismo) foi concebido a partir da queda abrupta da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929 e a eleição de Franklin Delano Roosevelt (Democrata) para presidente dos EUA em 1932. O crash de 1929 foi resultado do excesso de liberdade econômica e provocou desemprego em massa. Logo após assumir a presidência dos EUA em 1933, Roosevelt lança o New Deal para promover a recuperação da economia norte-americana e combater as desigualdades sociais por meio da instituição do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State), pensado e planejado pelo economista britânico John Maynard Keynes para reduzir a ação do livre-mercado e ampliar a intervenção do Estado sobre a economia, surgindo assim o keynesiano. Além do Estado de Bem-Estar Social instituído por Roosevelt, a profunda recessão econômica provocada pela crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial também contribuíram para a ascensão do pensamento neoliberal nos anos 40 do século XX.

Os principais pensadores do neoliberalismo foram Karl Popper (Áustria), Walter Eupken (Alemanha), Walter Lipman (EUA), Michael Polanyi (Hungria/Reino Unido), Salvador de Madariaga (Espanha), Ludwig Von Mises (Ucrânia/EUA), Friedrich Von Hayek (Áustria) e Milton Friededman (EUA).

Os neoliberais são críticos extremados da intervenção estatal e defendem que a economia deve ser aberta (sem nenhum tipo de barreira protecionista) e dirigida pela dinâmica do mercado e da empresa privada. O governo deve ser limitado e atuar ativamente em prol dos interesses do grande capital nacional e internacional, o Estado mínimo e a sociedade aberta, concorrencial, competitiva e selvagem, dentro da lógica do “salve-se quem puder”.

Para os defensores do neoliberalismo, o “excesso” de interferência estatal fere as liberdades fundamentais do indivíduo, que segundo Friedrich Von Hayek pode colocar em risco a liberdade política, econômica, religiosa e social de uma nação. Na visão neoliberal, a liberdade econômica é a mãe de todas as demais liberdades e tudo deve ser regulado pela dinâmica do “santo” mercado. Seus agentes atuam freneticamente contra as políticas estatais de universalização, igualdade e gratuidade dos serviços públicos, tais como saúde, seguridade social e educação pública de qualidade.

O golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet que derrubou e assassinou o presidente socialista Salvador Allende no ano de 1973, transformou a economia do Chile numa espécie de laboratório para a aplicação das teses econômicas neoliberais defendidas por um grupo de jovens economistas que ficou conhecido como Chicago Boys – por estes serem egressos da Universidade de Chicago. O ajuste econômico neoliberal da sangrenta ditadura de Augusto Pinochet custou muito caro para os extratos sociais mais pobres da população chilena.

Do Chile, o modelo de ajuste econômico proposto pelos Chicago Boys ganhou o mundo a partir do final anos 70 e início dos anos 80 do século XX, balizando a estruturação do programa de governo de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA, devido à crise econômica provocada pelo keynesiano provedor do Estado de bem-estar social. Com os governos de Thatcher e Reagan, as teses neoliberais do Estado mínimo e do livre mercado passam orientar a política econômica mundial por intermédio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Em 1989, foi instituído o neoliberalismo do “Consenso de Washington” para promover ajustes nas economias dos países pobres; principalmente da América Latina.

Segundo Batista (1994), no mês de novembro de 1989, foi realizada uma reunião em Washington que contou com a presença de funcionários do governo norte-americano e FMI, Banco Mundial e BID especializados em assuntos latino-americanos. A reunião foi convocada pelo Instituto de Economia Internacional (Institute for International Economics) tinha o seguinte título: Ajuste Latino-Americano: Quando aconteceu? (Latin American Adjustment: How Much Has Happened?). A referida reunião foi realizada para avaliar os impactos das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Diversos economistas latino-americanos estiveram presentes para relatar a experiência de seus países. A reunião ficou conhecida como “Consenso de Washington”, termo atribuído pelo economista inglês John Williamson.

O México foi o primeiro país latino-americano a aplicar o ajuste econômico neoliberal estruturado pelo “Consenso de Washington” durante o governo de Carlos Salinas (1988-1994). O neoliberalismo do “Consenso de Washington” instituiu três etapas para ajustar as economias dos países subdesenvolvidos da América Latina e de outras regiões do Planeta Terra no decorrer dos anos 90 do século XX. São elas:

- a) estabilização econômica por meio do combate da inflação, da disciplina fiscal para reduzir as despesas e o déficit público, da reforma tributária com o intuito de prejudicar a classe trabalhadora e os pobres para beneficiar os mais ricos e drásticos cortes de gastos e redução de investimentos públicos em setores estratégicos como educação, saúde, habitação e infraestrutura de saneamento básico;
- b) imposição de reformas estruturais profundas tais como a desregulamentação econômica para reduzir a interferência mínima do Estado sobre a economia para favorecer o mercado, flexibilização e precarização das leis trabalhistas nos moldes da “reforma” efetuada no Brasil durante o governo golpista de Michel Temer, privatização das empresas estatais, liberalização financeira para atrair os “investimentos” estrangeiros e comercial, dando prioridade ao comércio exterior em detrimento ao interno para manter a “estabilização” dos preços. É mesma estratégia anunciada por Javier Milei, extremista de direita que recentemente assumiu a presidência da Argentina para favorecer o grande capital globalizado;
- c) adequação das regras de proteção à propriedade intelectual para favorecer os países ricos e as grandes corporações transnacionais, a retomada dos investimentos estrangeiros para promover o “desenvolvimento” e a manutenção da política de juros altos para inibir o consumo e atrair os “investimentos” de capitais predominantemente especulativos, estratégia muito bem articulada durante o governo de Jair Bolsonaro pela dupla Paulo Guedes/Roberto Campos Neto presidente do “autônomo” Banco Central brasileiro.

Segundo Petras (1999), “um elemento-chave na ‘reestruturação neoliberal’ é a mobilidade do capital: de uma região geográfica a outra, de um setor da economia a outro, do trabalho intensivo ao capital intensivo” (1999, p. 14).

O neoliberalismo e a globalização sempre caminharam juntos. Na visão de Santos (1996),

A globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único ‘mundo’ e assiste-se a uma refundição da ‘totalidade-terra’. Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea (SANTOS, 1996, p. 23).

O sociólogo Octavio Ianni (1994), resumiu a história da globalização do capitalismo em três fases:

- a) a primeira fase começou com as grandes navegações europeias do século XV e XVI, que propiciaram a descoberta de regiões do planeta até então desconhecidas pelos europeus. A partir deste período, o capitalismo mercantilista expandiu-se geograficamente por todo o mundo, integrando-o num sistema único de produção e consumo de mercadorias;

b) a segunda fase veio com a Primeira Revolução Industrial desencadeada na Inglaterra no final do século XVIII, num momento em que o capitalismo europeu já havia construído mercados consumidores em diversos lugares do planeta. O desenvolvimento tecnológico que acompanhou esta revolução, possibilitou o alcance de elevados índices de produtividade, graças à mecanização da produção e à redução de contratação de mão de obra, tornando os preços das mercadorias mais competitivos nos mercados internacionais e conseqüentemente garantindo maior lucratividade aos capitalistas;

c) a terceira fase, é a que presenciamos na atualidade, e vem sendo a responsável pelo processo de reestruturação e reengenharia da economia capitalista, caracterizando-se pelo domínio completo dos países ricos e corporações transnacionais sobre a economia mundial. As corporações transnacionais, tomaram grande impulso a partir dos anos 50 do século XX, após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, quando estimuladas pelo Plano Marshall, passaram a investir maciçamente na reconstrução da Europa destruída pelo conflito. Hoje as corporações transnacionais controlam praticamente a economia e o mercado globalizado. Atualmente, podemos incluir uma espécie de quarta fase: a era da indústria 4.0.

Ainda segundo Ianni (1997),

A globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações (IANNI, 1997, p. 7).

Petras (1999), afirma que:

A globalização não é fenômeno novo: é novo nome que compreende diferentes processos sócio-políticos e econômicos. As origens históricas imperiais mantiveram-se incrustadas numa matriz na qual novos Estados e atores competem pelo acesso privilegiado a redes e apoio estatal. As principais agências de hoje, as empresas multinacionais, desempenham os papéis que antes cabiam às companhias de comércio, integrando e se apropriando de recursos e explorando mão-de-obra barata (PETRAS, 1999, p.28).

Kurz (1995), diz que a globalização é um novo sistema de coordenadas do capitalismo mundial, que surgiu a partir da década de 80 do século XX, com uma rapidez impressionante, impulsionado pelos satélites, a microeletrônica, a nova tecnologia em comunicação e em transportes e pela queda dos custos energéticos: para além dos limites nacionais, surgindo assim um mercado único e global.

Como sabemos, o neoliberalismo é a visão econômica e política responsável pelo processo de mudança e transformação em curso principalmente no mundo ocidental, sendo a espinha dorsal da globalização capitalista, difusora do moderníssimo aparato

tecnológico da terceira revolução industrial, científica e tecnológica e da referida era 4.0 da comunicação entre máquinas por meio da internet via a conectividade e sonorização. Sem as ações dos ajustes neoliberais, o capitalismo moderno não teria alcançado a sua hegemonia planetária, no nível de intensidade que se observa atualmente.

O neoliberalismo e a globalização comandam as transformações em curso no meio de produção, no comércio, na prestação de serviço e no trabalho cada dia mais precarizado com o avanço da uberização via aplicativos e do home office potencializado pela pandemia de Covid-19, aprofundando as desigualdades sociais e a luta de classes. A educação básica e superior pública também têm sofrido os impactos negativos das políticas neoliberais implementadas durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, impactando negativamente na atuação das professoras e professores dentro e fora do espaço escolar.

Desde o início dos anos 80 do século XX, o discurso econômico neoliberal e globalizante privatista sempre foi massivamente difundido no âmbito da mídia nacional e internacional como a melhor solução a ineficiência do Estado e de suas empresas estatais.

Nas eleições de 1989, a primeira eleição livre após o fim da ditadura militar, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente da República ao se apresentar como o caçador de marajás, “inimigo” da corrupção e “defensor” da família, da moral e dos bons costumes. Membro da antiga e retrógrada oligarquia alagoana/nordestina, iniciou o seu governo confiscando mais de 80% do dinheiro aplicado nas cadernetas de poupança, em outros diversos tipos de aplicação e das contas correntes, iniciando o atrelamento a economia brasileira ao neoliberalismo do Consenso de Washington, liberando a importação desenfreada de produtos estrangeiros.

Porém, em pouco tempo o seu governo foi dominado por um mar de corrupção. No dia 30 de dezembro de 1992, Fernando Collor Mello é condenado pelo impeachment instituído pelo Congresso Nacional à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos. Em seu lugar, assumiu o então vice-presidente Itamar Franco.

O governo de Itamar Franco foi de conciliação, freou a implementação do ajuste econômico neoliberal de Collor e lançou em fevereiro de 1994 o Plano Real sobre o comando do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC) para debelar a hiperinflação que assolava o país e promover a retomada do crescimento econômico.

O sucesso do Plano Real fez com que FHC deixasse o cargo de Ministro da Fazenda de Itamar Franco para concorrer à Presidência da República em 1994 pelo PSDB, sendo eleito no primeiro turno. Em 1998, ele foi reeleito para o segundo mandato mesmo diante do fracasso econômico resultante do ajuste neoliberal promovido no seu primeiro mandato.

FHC vai ser o presidente da República que implantou o ajuste econômico neoliberal do Consenso de Washington quase que na sua totalidade, promovendo a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, atrelando a nossa economia de maneira submissa aos interesses do capitalismo globalizado comandado pelas nações ricas e suas empresas transnacionais, provocando o desaparecimento de inúmeras empresas privadas nacionais; muitas delas foram adquiridas por empresas estrangeiras. Também, não podemos nos esquecer das privatizações de empresas públicas estratégicas para o

desenvolvimento do país a preços aviltantes; quase foram dadas de graça para poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

O Governo de FHC privatizou tudo o que foi para reduzir o tamanho e do papel do Estado brasileiro, classificado pelos neoliberais como inchado e ineficiente, contribuindo com o agravamento da crise econômica e o aumento da pobreza extrema no país. De 1995 até 2000, nossa balança comercial ficou negativa porque importávamos mais do que exportarmos; só a partir de 2001 o saldo comercial externo do país volta a ser positivo.

A debacle do ajuste econômico neoliberal de FHC foi responsável pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2002, derrotando o tucano José Serra. Ao optar por uma política econômica de cunho nacionalista e pelo combate da desigualdade social para contrapor aos neoliberais, o Governo Lula conseguiu significativos avanços nos âmbitos interno e externo, projetando o Brasil no campo econômico e geopolítico global. Reeleito em 2006, Lula seguiu aprimorando a sua política econômica de cunho nacionalista para promover o desenvolvimento e a inclusão social, colocando o Brasil entre as oito maiores economias do mundo.

O sucesso dos oito anos dos governos Lula (2003/2011), culminou na eleição de Dilma Roussef para a Presidência da República em 2010, sendo a primeira mulher eleita da história do Brasil. O primeiro mandato de Dilma Roussef não teve o mesmo brilhantismo dos governos de Lula. Porém, a política econômica de cunho nacional e as políticas de inclusão social seguiram em frente, mesmo diante da pressão dos defensores dos ajustes neoliberais que começaram a reagir por meio da criação da Operação Lava Jato de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol para “combater” a corrupção (só a do PT) e cooptação pela direita e extrema direita do movimento passe livre (MPL); ambos em 2013.

Do movimento passe livre (MPL) nasceram as manifestações contra a corrupção que teve adesão massiva da classe média brasileira que fora abduzida pela Operação Lava Jato e teleguiada pela Rede Globo. Como o ano de 2014 teve eleições, e Dilma Roussef era candidata à reeleição, ela foi duramente vaiada e hostilizada durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo, no Estádio do Maracanã que contou com a presença massiva de torcedores membros da classe média paneleira, nos envergonhando perante o mundo.

Entretanto, as manifestações do movimento passe livre (MPL) de 2013, o início das operações espetaculosas “contra” a corrupção da Operação Lava Jato divulgadas exaustivamente pela grande mídia tradicional, isto é, principalmente pela Rede Globo, os protestos da classe média antes e durante a realização da Copa do Mundo não impediram a reeleição de Dilma Roussef que derrotou o tucano Aécio Neves representante das elites e do grande capital nacional e internacional neoliberal e privatista no segundo das eleições de 2014. Na condição de mal perdedor, Aécio Neves se recusa reconhecer o resultado alegando fraude, iniciando a pavimentação do caminho para o Golpe sofrido pela então Presidente Dilma Roussef em 2016.

Dilma Roussef toma posse para exercer o seu segundo mandato no dia 01/01/2015 com o golpe já em curso. Ao indicar o neoliberal Joaquim Levy ligado ao mercado financeiro e Banco Bradesco para Ministro da Fazenda, fez concessões para a direita visando garantir a governabilidade. Porém, a derrota fatal para as pretensões de Dilma Roussef garantir a

estabilidade ao seu segundo mandato veio em fevereiro de 2015 com a eleição do Deputado Eduardo Cunha (PMDB - RJ) para presidente da Câmara dos Deputados já no primeiro turno da votação com o apoio “velado” do então vice-presidente Michel Temer (PMDB - SP).

Na condição de presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB - RJ) passa a segurar a votação dos projetos de interesses do Governo Federal e pautar para votação projetos que favorece o grande capital neoliberal nacional e internacional, pavimentando o caminho do golpe de 2016 que fora praticamente consolidado a fatídica carta enviada dia 7 de dezembro 2015 pelo então vice-presidente Michel Temer para presidente Dilma Rouseff, rompendo com o seu governo. O golpe foi consumado no dia 31 de agosto de 2016.

Ao assumir o governo em definitivo, Michel Temer, de imediato, inicia o ajuste da economia brasileira conectado com a cartilha do “Consenso de Washington”, penalizando os mais pobres e a classe trabalhadora com a precarização das leis trabalhistas e o arrojo salarial. Na área da educação, tivemos a homologação da BNCC e a instituição do malfadado Novo Ensino Médio. Também, tivemos a adoção da política de Paridade de Preço Internacional (PPI) dos combustíveis, adotada pela Petrobrás e a transferência do controle da extração do petróleo do Pré-Sal brasileiro para petroleiras estrangeiras. As mais favorecidas foram as petroleiras norte-americanas.

A crise produzida pelo golpe de 2016 e o governo desastroso de Michel Temer contra os interesses nacionais, permitiu a ascensão da extrema direita no país sob a liderança do então Deputado Federal Jair Bolsonaro que fora eleito presidente da República nas eleições de 2018.

Ao assumir o poder no início de 2019, Jair Bolsonaro instituiu um governo extremista, negacionista, armamentista, fomentador do ódio. Também, fez uma gestão desastrosa e corrupta da Pandemia do Covid-19 que matou milhares de brasileiros por falta de vacina. Em parceria com o seu Ministro da Economia Paulo Guedes (antigo fã dos Chicago Boys), aprofundou o ajuste econômico neoliberal e avançou o processo de privatização de empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento do país. A Eletrobrás, por exemplo, foi privatizada por um preço muito abaixo do valor real de mercado. Jair Bolsonaro e Paulo Guedes também realizaram o desmonte da Previdência Social para favorecer banqueiros e especuladores nacionais e estrangeiros. Justamente por ter feito um mal governo, Bolsonaro foi derrotado nas eleições de 2022 por Luiz Inácio da Silva, atual Presidente da República, que está trabalhando para unificar e reconstruir o nosso país.

O Brasil atual é um país em desenvolvimento, membro dos BRICs e do G-20 que ainda não possui uma democracia plena e sólida devido a mentalidade colonialista, escravagista, patrimonialista, totalitária e golpista da nossa elite e da classe média tradicional defensora da meritocracia, da moral e dos bons costumes que sempre se posicionou contra a qualquer tipo de política pública distributiva de renda que visa amenizar as inúmeras dificuldades enfrentadas pela população pobre. O Brasil está entre os dez países mais desiguais e ocupa a segunda posição em concentração de renda do mundo.

A partir de agora, iremos refletir sobre os efeitos do neoliberalismo e da globalização sobre a educação e o reflexo do discurso do ódio da extrema direita para o avanço da violência nas escolas de educação básica.

De setembro de 2022 até outubro de 2023, treze seres humanos tiveram as suas vidas ceifadas em decorrência de atentados ocorridos em escolas de educação básica públicas e privadas brasileiras. Os atentados ocorreram nas seguintes unidades de ensino:

- a) Dia 26 de setembro de 2022: Colégio Municipal Eurides Sant’Anna de Barreiras – BA;
- b) Dia 05 de outubro de 2022: Escola Estadual Professora Carmosina Ferreira Gomes de Sobral – CE;
- c) Dia 25 de novembro de 2022: Escola Estadual Primo Betti de Aracruz – ES;
- d) Dia 27 de março de 2023: Escola Estadual Thomazia Montoro de São Paulo – SP;
- e) Dia 05 de abril de 2023: Creche Cantinho Bom Pastor de Blumenau – SC;
- f) Dia 19 de junho de 2023: Colégio Estadual Professora Helena Kolody de Cambé – PR;
- g) Dia 10 de outubro de 2023: Colégio Particular Dom Bosco de Poços de Caldas – MG;
- h) Dia 23 de outubro de 2023: Escola Estadual Sapopemba de São Paulo - SP.

De alguma forma, todos os referidos atentados têm ligação direta ou indireta com o avanço da extrema direita nazifascista e do discurso do ódio no Brasil e no mundo. No Colégio Estadual Professora Helena Kolody de Cambé – PR, por exemplo, o autor do atentado usava uma máscara *siege mask* que é muito popular entre os neonazistas e terroristas de extrema direita global. Já o ator do atentado da Escola Estadual Sapopemba fazia publicações com conotação racistas e nazistas nas suas redes sociais.

Como a situação é muito preocupante, na condição de docente do Ensino Médio, técnico urbano/rural e tecnológico, resolvi fazer uma breve reflexão sobre o avanço do extremismo nazifascista no Brasil que fora amplificado durante o governo de Jair Bolsonaro, violência coletiva que também está invadindo o espaço educacional das escolas brasileiras das redes públicas e privadas de educação básica.

É o ponto de vista de um professor de Geografia com mais de 34 anos de atuação na educação básica, em instituições públicas de ensino que ainda lutam pela construção de um projeto de escola capacitada para formar quantidades crescentes do alunado com qualidade educacional e social. Embora o extremismo tenha contaminado as redes de ensino básico, público e privado brasileiro, o foco da minha reflexão será a escola pública, o meu espaço vivido e experimentado como educador.

Defendo que a origem do autoritarismo social e político, que está avançando sobre as escolas públicas brasileiras, estimulando a violência e os ataques que ferem e ceifam vidas de alunos(as) e professores(as) é, ao mesmo tempo, interno e externo. Em muitas escolas públicas de educação básica, por exemplo, professores(as) “doutrinadores(as)” considerados(as) “piores” do que traficantes de diferentes áreas do conhecimento são coagidos(as) e perseguidos(as) por diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(a) e professores(as) que defendem cegamente o discurso do ódio propagado pelo “mito”, ex-presidente da República. Até pais de alunos extremistas tentam inibir os(as) professores(as) progressistas de discutir política ou outros temas sociais relevantes na sala de aula, por ter votado em partidos e candidatos democráticos ou, por apoiar o Governo Lula/Alckmin.

No decorrer do corrente ano de 2023, foram divulgados em diferentes mídias, relatos de professores(as) de escolas públicas e privadas de diferentes regiões brasileiras denunciando

que foram coagidos(as) de forma direta e indireta nos locais em que lecionam por refletirem na sala de aula sobre o pensamento político nacional e global atual, por abordar criticamente sobre a questão de gênero, alguns temas das últimas eleições e as motivações dos atentados terroristas praticados em Brasília em 8 de janeiro contra as sedes dos Três Poderes da República. Os docentes relataram que foram censurados e perseguidos nos seus ambientes escolares por discutirem a crise humanitária dos indígenas Yanomamis desencadeada pelo garimpo ilegal em suas reservas. O governo autoritário de Jair Bolsonaro induziu a invasão dos territórios de várias nações dos povos originários.

Nos últimos tempos, orientado pelas concepções de Paulo Freire, tenho refletido sobre a questão da liberdade de cátedra do professor e sobre a prática da educação escolar como ato político e instrumento de emancipação individual e de liberdade social. Considero a pedagogia freireana como a maneira mais objetiva para a construção de argumentos sólidos que sirvam para defender o direito e a liberdade do(a) professor(a), de debater política e outros temas contemporâneos no âmbito da escola e da sala de aula, sem que sofra nenhum tipo de cerceamento político-ideológico, religioso, ou de visão de mundo.

Parece-me que o foco dos atuais extremistas de direita, cuja maioria também é simpatizante da escola sem partido (ou melhor, de partido único) é evitar qualquer tipo de crítica ao ex-presidente Jair Bolsonaro que está inegável por meio de decisão histórica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aos bolsonaristas e, também, ao projeto neofascista de poder global alimentado socialmente e midiaticamente pela extrema direita mundial. O governo extremista de Jair Bolsonaro fomentou o ódio, racismo, preconceito contra as mulheres, preconceito contra o nordestino, preconceito contra os negros/indígenas e tentou criar um ambiente de colocar crianças até para pegarem em armas.

Penso que diante do rápido e intenso avanço da violência nazifascista propagada nas escolas públicas de ensino básico e técnico, também é preciso repensar os conceitos vigentes que orientam todos os profissionais da educação e a sociedade brasileira, com toda a sua pluralidade e complexidade. É preciso ouvir concretamente (não só por meio de consultas públicas burocratizadas via plataformas digitais) e dar voz aos docentes da educação básica, que estão diretamente na mira do extremismo cultivado e difundido pelo bolsonarismo. Inclusive, é preciso ampliar a participação do professorado universitário no atual debate das conjunturas educacionais e sociais brasileiras.

Porém, grande parte dos(as) professores(as)-pesquisadores(as) das universidades públicas brasileiras estão muito distantes da dura realidade pedagógica e funcional enfrentada pelos docentes das redes públicas de educação básica, da infinidade de dificuldades que eles enfrentam no dia a dia de suas atividades pedagógicas; é preciso provocar a universidade para que ela possa romper o muro que a separa do mundo externo e contribuir ativamente com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem na escola pública básica.

Para os(as) professores(as) e pesquisadores(as), os maiores desafios do momento atual é desenvolver uma reflexão abrangente, crítica e estratégica sobre a natureza e finalidades das ações e dos projetos educativos e conceber uma conceituação adequada aos contextos nacionais e internacionais ou aos objetivos e projetos educacionais pretendidos pelas instituições brasileiras de ensino e aprendizagem.

No entanto, fazê-lo implica não só em refletir sobre métodos e processos para construção conceitual. É uma ação que, muitas vezes, se depara com a necessidade de atualizar ou reconstruir os conceitos analisados sobre a educação e suas diferentes áreas do conhecimento. Qualquer análise crítica dos contextos educacionais sempre poderá extrair da reflexão analítica, elementos conflitantes ou até mesmo corrosivos. Sendo assim, sempre apontará questões que poderão gerar instabilidade ou desavenças entre os profissionais da educação e os públicos atendidos pelas instituições de ensino.

No meu ponto de vista como geógrafo e educador da educação básica, propor saídas conceituais ou sistêmicas para os sistemas escolares, sempre irá exigir muita energia e precisão de quem fará a análise crítica. Trabalhar pela consecução de um projeto de “educação de qualidade” para frear o avanço da violência e combater o ódio extremista nas escolas é um conceito, como tantos outros construídos socialmente na relação que se estabelecem entre sujeitos, e de sujeitos com os objetos existentes num determinado contexto educacional cercado de complexidade e dificuldades resolutivas.

Os discursos e os posicionamentos contra a inserção na sala de aula da reflexão contínua sobre política, estão diretamente conectados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Também há conexão direta e deletéria com o irreformável “novo” Ensino Médio, que reduziu drasticamente na grade curricular da referida modalidade de ensino, as aulas das disciplinas de ciências humanas e sociais para incluir outras de cunho meramente tecnicistas, como a tentativa do atual governador bolsonarista do estado de São Paulo de abolir os livros didáticos impressos para implementar a digitalização dos materiais didático-pedagógicos nas escolas públicas paulistas que sequer têm laboratórios de informática adequados e internet de qualidade. Ele também determinou que os(as) diretores(as) devem assistir às aulas dos(as) professores(as), preenchendo um instrumento de acompanhamento mensal individualizado com itens pré-estabelecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

É pertinente destacar que os itinerários formativos do “novo” Ensino Médio foram gradualmente desenvolvidos e implementados desde o golpe de 2016 contra Presidente Dilma Rousseff; assim, estamos vivenciando uma reedição camuflada do tecnicismo didático-pedagógico da Lei 5692/1971 da ditadura militar. O projeto educativo seletivo e hierarquizado foi utilizado pelos governos autoritários, para adestrar e treinar os(as) alunos(as) das camadas trabalhadoras e pobres, uma forma perversa para evitar a pressão popular pelo acesso às vagas no ensino superior público, uma rede universitária destinada majoritariamente para formar os filhos da classe média e de parte da elite brasileira decidida a estudar no país.

Com o “novo” Ensino Médio, temos a sensação de que o atual modelo político-administrativo dos sistemas educacionais também resgatou os princípios elitistas e excludentes da Reforma Gustavo Capanema aprovada em 1942. Capanema instituiu no Brasil uma educação pública *dual* que reservava o ensino científico e clássico permitindo aos ricos ingressarem na universidade e obter altos títulos que lhes possibilitava ocupar os grandes cargos e funções administrativas privadas e públicas, enquanto o ensino profissionalizante era destinado para formar parte das camadas trabalhadoras com o objetivo de no máximo, melhorar a qualidade da mão da obra urbana dos setores produtivos industriais, do comércio e de alguns serviços públicos.

A maioria das populações rurais continuaram plenamente excluídas dos sistemas regulares de ensino até os anos 1970, década em que a ditadura militar começou a ampliar e a estender as redes de educação pública brasileira entre os setores trabalhadores das cidades e do campo.

Como professor com mais de três décadas de atuação em instituições de Ensino Médio, técnico e tecnológico, avalio que seria algo extremamente impopular uma medida governamental para acabar com cotas de ingresso no ensino superior público, que hoje são destinadas aos alunos oriundos da escola básica pública. Assim sendo, é necessário esclarecer as intenções e os objetivos dos itinerários “formativos” do “novo” Ensino Médio, que foram concebidos e implementados durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro; é um sistema baseado em concepções neoliberais radicais, que foram planejadas para dificultar o ingresso do(as) alunos(as) no ensino superior público.

Numa outra frente, o “novo” Ensino Médio abriu caminho para grupos privados ganharem dinheiro assessorando estados e municípios na implantação e implementação do novo modelo educacional e de seus itinerários “formativos”. Na prática, é uma reforma pedagógica que vislumbra preparar o terreno futuro para a privatização da educação básica pública brasileira.

Assim, a mobilização social abrangente pela revogação do “novo” Ensino Médio representa o primeiro passo para frearmos o avanço do neotecnicismo didático-pedagógico que esvazia as mentes das educandas e dos educandos em relação aos conhecimentos críticos relacionados com a realidade coletiva vivida no contexto local e global. O modelo educacional vigente abre caminho para a absorção de ideias radicalizadas propagadas pela extrema direita, que espertamente está ocupando o vazio formativo, que hoje não é mais preenchido pela formação propiciada pela educação básica formal pública e privada.

Como nas eleições de 2022 o presidente Lula derrotou nas seguras urnas eletrônicas a poderosa máquina do projeto neoliberal protofascista de extrema direita, ele tem respaldo popular para revogar o “novo” Ensino Médio e promover a reforma necessária para que a educação básica seja contemporânea da nossa época. Como o projeto de mudanças do “novo” Ensino Médio ficou para o ano de 2024, temos que nos organizar para barrar qualquer tipo de proposta de parlamentares do Centrão do Congresso Nacional que tente manter o seu viés neoliberal excludente.

Diante do contexto apontado, a breve reflexão volta-se até contra o conceito de qualificação pensado na dimensão de “concepção instrumental (tecnicista) da qualidade em educação”. Ou seja, àquele conceito vinculado aos resultados (rendimentos) cognitivos, mensurados por avaliações elaboradas e direcionadas pelos “parâmetros” de eficiência, de eficácia, de produtividade, que são aplicadas em larga escala no mundo do capitalismo neoliberal globalizado e da atual era industrial regida pelos novos parâmetros científicos, tecnológicos e informacionais da chamada era 4.0.

A “qualidade” presente no discurso ultra neoliberal é definida *à priori* e, unilateralmente, pelo sistema capitalista, pois é realizada sem ouvir os participantes do processo educativo e da sociedade para qual é destinada. É uma proposta educativa

que não nos interessa. As suas finalidades quantitativas excludentes confrontam com a educação necessária para formação efetiva da maioria de nossa população constituída por um povo trabalhador humilde, que segue desprovido de direitos e de oportunidades dignas de trabalho e renda.

Diante do avanço da proposta de educação para a dominação cultural e o patrulhamento ideológico na sala de aula, o Governo Lula/Alckmin deveria implementar um projeto para promover uma profunda reestruturação da vigente educação escolar brasileira, que deve voltar a ser capacitada para promover a emancipação, a autonomia e a transformação das camadas sociais populares.

Afinal, não haverá avanços democráticos sem as devidas capacitações do país nos âmbitos econômico, político, social, cultural e ambiental. Porém, um projeto de educação transformador só poderá ser construído a partir de um debate intelectual consistente maduro e abrangente, que seja sustentado por um governo com um projeto político-administrativo que contemple uma perspectiva política universalista, democrática e republicana, pública e laica. Entretanto, são pautas que só poderão resultar da ação político-administrativa de mandatários que almejem verdadeiramente a constituição de um sistema educacional abrangente, público e gratuito. A educação pública, gratuita e universal só poderá ser plenamente viabilizada com recursos do Estado, para que os sistemas escolares disponham de investimentos permanentes e suficientes para atender as demandas por formação escolar de todas as camadas populacionais.

No Brasil pós-golpe de 2016, a tarefa para retomar uma política educacional universalista, democrática e republicana, pública e laica é árdua porque o vácuo deixado pelo arrefecimento político-ideológico das organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais a partir do Governo de Michel Temer foi preenchido pelo extremismo de extrema direita, fomentador do avanço da violência e do patrulhamento ideológico nas escolas, pela cultura do consumismo, do entretenimento, da “espiadinha” tipo *big brother*, do culto aos corpos modelados em academias regadas à anabolizantes e por um fundamentalismo religioso alienante e retrógrado, difundido por muitas “doutrinas religiosas” neocrístãs, cujo foco é a “construção” de uma concepção de mundo pautada num individualismo matreiramente pensado para desarticular qualquer tipo de iniciativa que caminhe na direção da organização coletiva da sociedade e da concretização do Estado democrático, republicano e laico.

Na campanha eleitoral para Presidente da República em 2022, por exemplo, o então candidato a reeleição Jair Bolsonaro ao invés de promover um debate político maduro e compromissado com a consolidação do Estado democrático, republicano e laico, colocou no centro da disputa política a visão retrógrada e falso-moralista sobre o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, resgatando as concepções de mundo do ultrapassado conservadorismo colonial escravocrata, o preconceito odioso contra os pobres (principalmente os nordestinos), a discriminação contra os negros, os indígenas, os mestiços e os homossexuais, deu ainda mais voz, poder econômico, político e midiático às doutrinas religiosas reacionárias, fundamentalistas e arcaicas. Ressurgiram sem disfarces durante os mandatos de Temer e Bolsonaro, as antigas forças da direita udenista e golpista que mobilizou multidões durante

a década de 1950 e, cujos resquícios autoritários e falso-moralistas se conservaram por mais de meio século entre segmentos mais conservadores da sociedade brasileira. Há hoje um retrocesso totalmente abominável, porque renega o contexto científico, tecnológico, informacional e inovador do homem do mundo globalizado do século XXI.

A consecução de um projeto de educação de qualidade social capacitado para promover a construção da unidade no âmbito da pluralidade das ideias, o desenvolvimento do sujeito na relação com o contexto em detrimento da produção do indivíduo no isolamento e egoísmo da concorrência de uma educação privada que, com o uso frequente de conteúdos resumidos, de apostilas descontextualizadas, promove apenas o adestramento e o treinamento cujo único foco é “preparar” para o vestibular ou, no inserir concepções privatizantes no bojo da educação pública proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o “novo” Ensino Médio, para deslocá-la dos interesses e anseios da nossa gente. *É o formar diante do forjar.*

A educação é responsabilidade de todos nós: alunos, pais, professores, dirigentes, de todos os trabalhadores das Escolas. Também dos professores universitários, principalmente daqueles envolvidos e responsáveis pelos cursos de formação de professores, políticos em todos os níveis, enfim, da comunidade escolar e não escolar.

Sem a presença de um debate democrático e participativo que abranja a escola básica, as universidades, governos, sociedade e a revogação do “novo” Ensino Médio, a luta contra o avanço do extremismo bolsonarista e da violência no âmbito das escolas públicas e privadas brasileiras será muito árdua e o caminho da emancipação humana será longo e tortuoso e exigirá muito conhecimento e ação.

Nesse processo dialético, a educação como prática social geral e, a educação escolar como forma dominante de Educação, têm papel decisivo no processo de conscientização imprescindível para se atingir a emancipação das camadas populares. A modernização da estrutura organizacional da educação básica e superior pública brasileira é urgente porque ela é determinante para a formação e qualificação profissional nas diferentes áreas do conhecimento, bem como para a produção de ciência, tecnologia de ponta e a inovação necessária para modernizar e desenvolver o Brasil conforme os parâmetros e exigências sociais, econômicos e culturais do século XXI.

Sem um projeto de educação e escola que forme o aluno em bases sólidas de ciência, tecnologia e compromisso social, a travessia de um sistema gerador de desigualdades para um sistema justo socialmente ficará para as calendas, pois sem o saber sistematizado dominado pelo maior número de pessoas não se dará o salto de qualidade no sentido da libertação indispensável para a transformação no campo econômico, político, social e cultural.

Felizmente, com a derrota de Bolsonaro, em outubro de 2022, os estados e municípios, com o apoio do Governo Lula/Alckmin, estão preocupados com a criação de ações que promovam a paz nas escolas e no âmbito da sociedade brasileira. Grande avanço se deu com a criação do Conselho da República contra a violência na escola que visa elaborar medidas preventivas para salvar vidas e a nossa juventude. Porém, ao contrário do se pensa, apesar dos esforços diários, o bolsonarismo, o fascismo e o discurso

e a prática do ódio ainda não foram vencidos e continuam a serviços dos interesses do capitalismo neoliberal globalizante.

Portanto, sem ouvir concretamente os professores da educação básica e revogar o “novo” Ensino Médio, o combate da escalada da violência nas escolas será demorado, podendo comprometer a máxima que **“Lugar de escola é lugar de paz, de acolhimento, de receber as crianças bem”**, como disse o Ministro da Educação Camilo Santana numa entrevista sobre o brutal atentado contra o Colégio Estadual Professora Helena Kolody na cidade de Cambé – PR.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: s.n. 1994.
- CAMPOS, R. A quarta globalização. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de maio de 1997. Brasil, p. A 2.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.
- DOWBOR. L. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. In: **A Reinvenção do Futuro**. São Paulo, Cortez, 1996. p.55-75.
- DOWBOR. L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. A. (Orgs.). **Desafios da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Especial Globalização**. nov. 97, 12 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno Especial Genética: Biologia desenha a cara do século 21**. 06/08/98, p. 1-10.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno especial: o mapa da pobreza**. set. 98, 8 p.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **5º Caderno: Informática: Conheça a Microsoft**. 28/10/98, p. 03.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, Editora UNESP, 1997.
- GIANETTI, Eduardo. Saiba como os teóricos interpretam o processo. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno Especial Globalização, p.2.
- GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados Nacionais diante do Processo de globalização. In: **Globalização, metropolização e políticas neoliberais**. São Paulo, Educ, 1997, p. 73-96.
- Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HOLLOWAY, J., PELÁEZ, E. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. In: **Outubro**. São Paulo, v.2, p.21-29, 1998.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- IANNI, Octavio. O Mundo do Trabalho. In: **São Paulo em Perspectiva**, 8 (1), janeiro/março de 1994, p. 2-12.
- JOFILLY, Bernardo. Toyotismo e microeletrônica: uma revolução que desafia. In: **Revista**

- De Fato**, edição especial, São Paulo, CUT, 1994.
- KURZ, Robert. Perdedores Globais. In: **Folha de São Paulo**, 01 de out., 1995, p. 5-9.
- LIBÃNEO, J. C e Outros. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo, Cortez, 2003
- MORANDI, Sonia. O Processo de Globalização e Participação Política. In: **Caderno SERT/CEETEPS**, São Paulo, 1997.
- MORANDI, Sonia. **Espaços e Globalização**. Caderno de Geografia CEETEPS, setembro de 1995.
- MORAES, José Geraldo V. de. **Caminhos das Civilizações**. São Paulo, Atual, 1993.
- MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral - a crise paradigmática do mundo moderno**. Rio de Janeiro, Coautor, 1993.
- MOREIRA, Ruy. **APós-Modernidade, a Globalização, a Terceira Revolução Industrial e o Mundo do Trabalho**. Palestra realizada no CEETEPS/UNESP, em 27/03/96.
- PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo, Xamã, 1999.
- RODRIGUES, Alberto Tossi. Neoliberalismo: Gênese, Retórica e Prática. In: **Revista Filosofia, Sociedade e Educação**. Marília, Pós-Graduação UNESP, 1995, p.193-226.
- ROSSI, C. Globalização diminui as distâncias e lança o mundo na era da incerteza. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 1997. Caderno Especial Globalização, p.2.
- ROSSI, C. A banalização da barbárie. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 1999. Opinião, p.2.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. Entrevista AGB/Bauru. In: **O Espaço do Geógrafo**, n.º 05, Bauru, AGB/Bauru, 1996, p.4-9.
- VALE, José Misael Ferreira do. Educação e Globalização: reflexos no ensino brasileiro. In: **Ciência Geográfica**, n.º 12, Bauru, AGB, janeiro/abril de 1999, p.63-66.